

**A ENUNCIÇÃO E AS
FRONTEIRAS
GUARDADAS POR
BAKHTIN,
BENVENISTE,
POSSENTI E
GUIMARÃES¹**

TICKS, Luciane Kirchhof²

¹ Este artigo foi produzido no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS).

² A autora é Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

RESUMO: O conceito de enunciado já evocou grande polêmica no decorrer do último século. Alguns estudiosos, como Saussure (1974), tomaram a decisão de não abarcá-lo em toda a sua complexidade, focando suas atenções nos aspectos formais da língua. Outros (Bakhtin, 1974, por exemplo) aceitaram o desafio e promoveram um conceito de enunciado que valoriza suas características composicionais e a extensão do seu volume – o discurso. A construção de uma disciplina com foco no enunciado permitiu, portanto, o aparecimento de visões críticas e polêmicas sobre o tema. Diferentes perspectivas foram concebidas e, como consequência, abordagens contrastivas para o seu estudo, desenvolvidas. Este artigo é uma tentativa de estabelecer alguns parâmetros de análise entre quatro diferentes perspectivas desenvolvidas pelos seguintes autores: Benveniste (1989), Bakhtin (1992), Possenti (1993) e Guimarães (2002). Além disso, propomos uma análise crítica das fronteiras do enunciado, procurando estabelecer os pontos de contato e as distinções que tais concepções assumiram no processo de conceituar o enunciado.

PALAVRAS-CHAVE: Enunciado, subjetividade, temporalidade.

ABSTRACT: The concept of utterance has evoked a great deal of polemic discussions over the last century. Some scholars, such as Saussure (1974), made the decision not to deal with all its complexity, focusing their attention only on the formal aspects of language. Others (e.g. Bakhtin, 1992) accepted the challenge and went on to propose a concept of utterance which valued its compositional features as well as the extension of its volume – the discourse. The building of a discipline concerned with the utterance promoted the appearance of critical and polemic overviews on the subject. Different perspectives were conceived and, as a consequence, contrastive approaches to its study were developed. This paper is an attempt to establish some parameters of analysis among four perspectives carried out by the following authors: Benveniste (1989), Bakhtin (1992), Possenti (1993) and Guimarães (2002). Furthermore, it is also an exercise in which a critical overview of the boundaries among those concepts is proposed, trying to establish the points of contact and also the distinctions those theoretical positions came to assume in the process of conceptualizing the utterance.

KEY WORDS: utterance, subjectivity, temporality.

I. INTRODUÇÃO

Fardo considerado pesado demais para a lingüística tradicional, o enunciado foi deixado de lado durante um longo período. Alguns estudiosos, como Saussure (1974), no entanto, assumiram tal atitude coerentemente, propondo um recorte e dedicando-se inteiramente ao que considerou ser o objeto da

lingüística: a língua. Para Bakhtin (1992:305), tal postura foi adotada pela lingüística tradicional, tendo em vista a dificuldade de lidar com a heterogeneidade composicional das formas do enunciado e as particularidades de seu volume (a extensão do discurso). Assim, a lingüística tradicional procurou concentrar seus esforços no estudo das formas, de um objeto estruturado, e no estabelecimento de regras internas para tal estrutura.

No entanto, uma teoria da enunciação já estava por nascer e iniciar um debate que se estenderia por várias décadas. E, apesar de não negar o objeto estruturado, colocaria sob os holofotes o estudo também dos mecanismos pelos quais o falante transforma a língua em discurso. A polêmica estaria só começando, já que também o enunciado seria concebido de diferentes modos, por diferentes lingüistas e estudiosos. Este trabalho tem, portanto, o objetivo de discutir quatro concepções teóricas acerca do enunciado, propostas por Benveniste (1989), Bakhtin (1992), Possenti (1993) e Guimarães (2002), e em que medida estas visões se complementam e se opõem.

2. ENUNCIADO – ATO INDIVIDUAL

Ao afirmar que o enunciado é um ato individual no qual o sujeito coloca em funcionamento a língua, apropriando-se dela, Benveniste (1989: 84) inicia uma série de debates, juntamente com Jakobson (shiffter) e Austin (performativos), e em oposição à lingüística das formas. Para Possenti (1993: 48), as afirmações de Benveniste estão centradas justamente no fato de que uma semântica das formas não poderia lidar com fatos empíricos. Assim, as contribuições dos três pesquisadores (Benveniste, Jakobson e Austin) acabam por garantir a presença – agora não mais questionável – do falante na atividade comunicativa.

Defensor fervoroso de Saussure, Benveniste jamais negou ser seu admirador e sempre que pôde ressaltou suas contribuições. “No dia em que uma ciência da cultura tomar forma, fundar-se-á, provavelmente, sobre esse caráter primordial e elaborará as dualidades próprias a partir do modelo que Saussure deu para a língua, sem se submeter necessariamente a ele”

(BENVENISTE, 1988: 47). Além da identificação com as idéias de Saussure, Benveniste também vivencia uma situação semelhante a do pai do estruturalismo: a crítica às suas concepções. E, particularmente, à sua teoria da enunciação.

Benveniste (1989: 84) acredita que a enunciação é uma realização individual e que o sujeito, ao apropriar-se da língua, garante sua posição de locutor. Esse ato de apropriação é virtualmente combatido por outros lingüistas. Possenti, por exemplo, diz que na teoria de Benveniste “as formas se oferecem como virtualidades, que ele põe ou não em ação, o que representa uma visão estática de algumas parcelas da língua e uma visão de outras como agenciadas pelo falante” (1993: 49). Essa perspectiva dá, segundo ele, um desequilíbrio teórico à abordagem. Para Possenti, tal ato deixa de lado o fato de que o locutor também age **sobre** a língua (Idem: 50).

A partir do ponto de vista de Possenti, não se pode falar mais em apropriação, mas em constituição de enunciados, pois o primeiro termo subentende apenas uma atividade **com** a língua e o segundo deflagra a atividade **sobre** ela (Idem: *ibidem*). Assim, o objeto dessa segunda proposta passa a ser o discurso. As relações, portanto, não se estabelecem mais entre formas, mas se tenta descobrir quais os procedimentos que levam à atividade discursiva.

Essa teoria tem como questão fundamental perceber como se produz um discurso, considerando-se um sistema lingüístico indeterminado, com tal forma e tal interpretação. E, sendo possível haver mais de uma interpretação, como se chega a elas, quais os mecanismos que identificam a interpretação que se quer dar? (Possenti, 1993: 49-50).

Da mesma forma que Benveniste, Bakhtin (1992: 282) defende ferozmente a relevância do enunciado, dizendo que ignorar sua natureza e suas particularidades em qualquer análise de discurso significa enfraquecer o vínculo que existe entre língua e vida. Inicialmente, Bakhtin também toma o enunciado como individual, marcando o estilo daquele que fala ou escreve. Vale ressaltar, ainda, que ele acredita que em cada esfera onde a língua é utilizada são criados tipos relativamente estáveis de enunciados, que chama de gêneros do discurso (Idem: 279).

Isso significa dizer que os enunciados apresentam marcas individuais, estilos, que são identificados nos gêneros: nos literários, principalmente. No entanto, existem outros gêneros, considerados tão padronizados (do discurso), que não abrem espaço para refletir essas marcas de individualidade. Assim, a única liberdade que se tem está centrada apenas na escolha do gênero no processo comunicativo. Nesses casos, normalmente, o “estilo individual não entra na intenção do enunciado” (Idem: 283).

Em contrapartida, Benveniste (1989: 82) afirma que, na enunciação, o locutor usa a língua da maneira que lhe convém. No entanto, essa afirmação só poderia ser aceita se a língua não fosse entendida enquanto um sistema determinado, estruturado, como concebe Saussure. Dessa forma, Possenti (1993: 55) reage a essa concepção, pois acredita que Benveniste faz da enunciação um ato *único e irrepetível*, retirando do processo as marcas da interlocução.

Esse ato individual proferido por Benveniste se manifesta por meio dos índices de pessoa (eu-tu), dos dêiticos (advérbios, pronomes demonstrativos, possessivos) e das formas temporais (tempos verbais). Possenti (1993: 55) entende que essa análise é simplista, já que a relação entre o sujeito e a língua só apareceria nesses poucos índices, não se mostrando recorrente nas demais formas. A subjetividade está imbricada na língua e, portanto, não significa dizer que ela **contenha** um aparelho formal de enunciação, mas ela **é** esse aparelho e pode revelar-se na própria escolha de recursos expressivos (Idem: 56).

Nesse sentido, Possenti (1993: 56-57) sugere que Benveniste acaba propondo uma dicotomia entre língua e discurso, onde a primeira representaria o objeto teórico e o segundo, o empírico. Entretanto, ao negar tal oposição, Possenti não afirma que a língua deixa de existir, apenas que quando os falantes produzem seus discursos, eles **criam** a língua. Ele quer valorizar, ao optar pela constituição em oposição à apropriação, que as línguas são resultado da ação dos próprios falantes. Desse modo, Possenti conclui que “os interlocutores não são nem escravos nem senhores da língua. São trabalhadores” (Idem: 58).

Além disso, propõe que o falante está a meio caminho entre ser útil e um Todo-Poderoso (Idem: ibidem) e coloca a língua enquanto mediadora do enunciador e do ouvinte. Da mesma forma, retoma a concepção de que o que o falante quer dizer está intimamente ligado aos efeitos que ele quer provocar no seu locutor. Ou seja, este não é apenas um receptor, mas um agente.

Mas ao criticar a dicotomia língua-discurso de Benveniste, Possenti acaba por abrir caminho para uma nova oposição, que ele chama de **trabalho/atividade** (1993: 60). O primeiro refere-se ao resultado de um **“trabalho coletivo** (grifo adicionado) durante períodos de tempo longos” e que produz a língua. O segundo trata da **ação individual** (grifo adicionado) de um locutor” que produz um discurso (Idem: ibidem). O trabalho seria a condição necessária, mas não suficiente, para a atividade.

Todavia, o que mais surpreende nessa proposta de Possenti é sua proximidade com o pensamento saussuriano, que opõe língua e fala, apesar de toda a crítica que faz ao mestre estruturalista, através de Benveniste. Vale ressaltar que as semelhanças se dão no nível semântico e ficam muito próximas no lexical. Saussure (1974: 22) afirma que a língua é “a parte **social** da linguagem e que a fala é um **ato individual** (grifos adicionados) de vontade e inteligência”. Os termos utilizados por Possenti para definir trabalho e atividade no parágrafo anterior, em negrito, são muito próximos destes utilizados por Saussure. O texto de Possenti cria no leitor mais dúvidas do que certezas e uma inevitável pergunta: essa semelhança seria proposital ou acidental?

3. ENUNCIADO – UNIDADE REAL DE COMUNICAÇÃO VERBAL

Para Bakhtin (1992: 283), a questão maior está em definir o que de fato na língua vem do uso corrente (social) e o que nela vem do indivíduo. Por isso, ele destaca a importância do estudo da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros do discurso. Por meio dessa observação, poderiam ser percebidos os estilos gerais e individuais que marcam a língua (a partir dos gêneros). Isso porque ele entende que os estilos da língua per-

tencem, por natureza, ao gênero, assim como é apenas no enunciado que a língua comum se encarna numa forma individual. “O estudo do enunciado, em sua qualidade de **unidade real da comunicação verbal**, também deve permitir compreender melhor a natureza das **unidades da língua** (como sistema): as palavras e as orações” (grifos adicionados) (Idem: 287).

Já Benveniste (1989: 84) entende que a enunciação traz à tona, no discurso, os índices de pessoa. Assim, o **eu** refere-se ao indivíduo que produz a enunciação e o **tu** representa o alocutário. O primeiro envia uma mensagem, que é recebida pelo segundo, que, por sua vez, oferece uma nova resposta em retorno. Nesse ponto, a proposta de Bakhtin (1974) se aproxima de Benveniste, pois também acredita que o ouvinte que recebe a informação se torna, necessariamente, um locutor, adotando uma atitude responsiva, concordando com ela ou não (p. 290). Os dois parceiros da comunicação participam, portanto, de um processo ativo e tal percepção ultrapassa a concepção tradicional de ouvinte/receptor enquanto parceiro do locutor (p. 291-292).

Bakhtin complementa que o próprio locutor é também um respondente, pois pressupõe a existência de enunciados anteriores a ele – de alguma forma ligados por algum tipo de relação. Assim, “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (1974: 291). Ele trata do que se convencionou chamar intertextualidade, ou seja, o que cada indivíduo expressa no ato da fala pode e tem, em si, relação com outros textos já enunciados por ele ou por outros.

O pensador russo vê, portanto, o enunciado enquanto *unidade real da comunicação verbal*. E, como tal, sempre fará parte de um discurso por ele moldado. O enunciado possui fronteiras que são delimitadas pelas alternâncias dos sujeitos falantes (sua primeira particularidade). Essas alternâncias adotam formas as mais variadas. Bakhtin (1992: 294) cita exemplos evidentes nos quais essas alternâncias podem ser observadas: o diálogo, sendo este entendido como princípio construtor do discurso, e não mais como forma. Segundo ele, pode-se traçar um paralelo com a oração, que é a unidade da língua. Nela não estão marcadas as alternâncias dos sujeitos falantes. Em seu contexto, não tem capacidade para determinar uma resposta e só irá adquirir tal propriedade no todo do enunciado.

Benveniste (1989: 87) também trata da enunciação como *acentuação da relação discursiva com o parceiro*. Assim, coloca, como forma de discurso, duas figuras (ambas protagonistas) igualmente necessárias – origem e fim da enunciação, ou seja, a própria estrutura do diálogo. Para ele, mesmo um monólogo pode ser considerado um diálogo interiorizado. Possenti (1993: 59) insiste em dizer que o interlocutor não é receptor, ou seja, também trabalha sobre a língua. Ele se apoia em estudos sócio-interacionistas sobre aquisição da linguagem, que propõem uma relação dialógica e dialética, na qual a linguagem estrutura a realidade e é estruturada por ela, assim como estrutura o diálogo e é estruturado por ele (Idem: *ibidem*).

E se o enunciado tem realmente fronteiras acabadas (sua segunda particularidade, segundo Bakhtin, 1992: 293), o que garante que tenha essa capacidade responsiva? O pensador russo entende que são três os fatores ligados aos processos internos do enunciado: 1) o tratamento exaustivo do objeto, que varia de acordo com as esferas da comunicação verbal; 2) o querer-dizer do locutor, que é o elemento subjetivo do enunciado que, combinado com o objeto do sentido, forma uma unidade indissolúvel e 3) as formas típicas de estruturação do gênero, pois Bakhtin acredita que todos os enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação (Idem: 299-300).

Parece relevante ressaltar que esse intuito, o segundo elemento, é que irá determinar a escolha da forma do gênero em que o enunciado será estruturado. Assim, quando se tem em andamento um processo de comunicação verbal, os parceiros, ao ouvirem as primeiras palavras do discurso, já identificam o todo do enunciado que está em desenvolvimento. Isto porque são conhecedores de enunciados anteriores (intertextualidade) e da situação – identificam-no através do contexto de situação. Malinovski (apud Halliday, 1989: 5) já havia destacado a importância de se conhecer o contexto de situação para se compreender o texto, em estudos nos quais tentava explicar o comportamento de membros de uma comunidade localizada nas Ilhas Trobriand, no sul do Pacífico. Por sua vez, a marca da intertextualidade, para Bakhtin, se

mostra no objeto do discurso, o ponto no qual se encontram as opiniões de interlocutores imediatos ou, então, suas visões de mundo, crenças, valores etc (1992: 314).

4. ENUNCIADO – TEMPORAL OU ATEMPORAL?

As formas verbais, para Benveniste (1989: 85), são o terceiro paradigma que constitui a enunciação (ao lado dos dêiticos e dos índices de pessoa). Segundo ele, o presente corresponderia ao momento da enunciação propriamente dita. "...o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o 'agora' e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo (Idem: ibidem). Benveniste afirma que a cada produção de discurso, o presente se renova, tornando-se, portanto, um presente contínuo.

Em Bakhtin (1992: 321), por outro lado, essa temporalidade parece variar incessantemente. Ao relatar que o enunciado é o elo na cadeia da comunicação verbal, não podendo ser separado dos elos anteriores, pois estes o determinam, o pensador russo remete o enunciado ao **passado**. Da mesma forma que, ao responder efetivamente à alguém, produz um enunciado que é **presente** – "é já-aqui" (Idem: ibidem). Porém, a resposta a esse enunciado (sua compreensão responsiva) está ainda por vir, ou seja, encontra-se, ainda, no **futuro**. Nesse último caso, Bakhtin refere-se à resposta presumida, pois quando se responde à alguém, presume-se o que esta pessoa irá dizer na seqüência, o que por si só influencia o enunciado original. "Enquanto falo, sempre levo em conto o fundo aperceptivo sobre o qual a minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunidade cultural, suas opiniões e convicções..." (Idem: ibidem).

Essa relação temporal parece ter significado também para Guimarães (2002). Em seu texto, "Semântica do Acontecimento: um Estudo Enunciativo da Designação", o autor inicia sua análise questionando o presente do acontecimento em Benveniste (p. 12). Justifica tal afirmação, dizendo que não é o sujeito que temporaliza, mas o próprio acontecimento, termo que também aparece em Possenti para definir como o discurs-

so deve ser tratado (1993: 61). “O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2002: 12).

E o que vem a ser essa temporalidade para Guimarães? É um presente que abre em si uma latência de futuro, sem a qual não há acontecimento de linguagem, já que é ela que gera a necessidade de se fazer projeções. “Todo o acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro” (Idem: *ibidem*). E, assim como Bakhtin, o autor reconhece que presente e futuro estão inevitavelmente ligados a um passado (intertextualidade) que lhes dá significação.

E, talvez, a justificativa para o aparecimento dessas inter-relações temporais nesses dois autores (Bakhtin e Guimarães) esteja no fato de que projetam um deslocamento no agente temporal. Em outras palavras, o tempo não mais seria dado pelo enunciador, pelo sujeito; mas pelo acontecimento, pela enunciação. Isto fica explícito em Guimarães: “O acontecimento instala sua própria temporalidade” (2002: 12).

Por outro lado, por ser subentendido em Bakhtin, já que este defende arduamente a concepção de gênero: “tipos relativamente estáveis de enunciados” (1992: 279). Ele entende que existem gêneros tão padronizados (os do discurso) que praticamente a única escolha individual que se tem é a do próprio gênero (Idem: 283). Sendo assim, o foco não poderia estar mesmo no sujeito, uma vez que desfruta de pouca liberdade, nas no enunciado, que é enriquecido por discursos anteriores e por aqueles que ainda estão por vir.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tema apaixonante, o enunciado já foi formalmente colocado de lado (Saussure, 1974), mas é constantemente resgatado por diversos autores sob diferentes enfoques. Seja ele considerado um ato individual no qual o sujeito coloca em funcionamento a língua, apropriando-se dela (Benveniste, 1989: 84); ou, ainda, uma ação discursiva que tem o enunciador agindo sobre a língua (Possenti, 1993: 50). Fato é que muitas vezes temos dificuldade de identificar a linha tênue que se estabelece entre o meu texto e o do outro. Esta

intertextualidade, tão bem destacada por Bakhtin (1992: 314), revela que ao enunciarmos, deixamos nossa marca no presente, mas igualmente nos remetemos ao passado, resgatando textos anteriores. Ao mesmo tempo, nos reportamos para o futuro, pois sempre levamos em conta a influência que o nosso dizer terá sobre o do outro que virá a seguir (Id.: 321), o que Guimarães (2002: 12) muito apropriadamente chamou de “temporalidade do acontecimento”.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São paulo: Martins Fontes, 1992.
- BENVENISTE, E. *Problemas da lingüística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- BENVENISTE, E. *Problemas da lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- HALLIDAY, M. A K. Part A. In: M. A K. HALLIDAY & R. HASAN. *Language, context and text: Aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University, p. 3-49, 1989.
- POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1974.